

A representação do trabalho escravo no engenho de açúcar no nordeste colonial: uma análise de livros didáticos de história no ensino fundamental após a lei 10.639/03

Marlene de Pinho Chaves

Instituto Federal de Goiás, Campus Urutaí – Brasil
pinhomarlene@hotmail.com

Hilma Aparecida Brandão

Instituto Federal Goiano, Campus Ipameri – Brasil
hilma.brandao@ifgoiano.edu.br

Resumo: O presente trabalho busca analisar o livro didático de História, principalmente os utilizados no sétimo ano da segunda fase do Ensino Fundamental, como um artefato cultural, bem como um material discursivo. Para tanto nos propomos a empregar a ferramenta da análise de conteúdo - método mais utilizado nas apreciações de peças publicitárias e jornais - em sua vertente qualitativa para ponderar sobre a representação do trabalho escravo no nordeste colonial apresentada pelos livros didáticos. A luz da Lei 10.639/03 também se busca observar quais são os impactos destas representações na própria realidade social que envolve os alunos. Ao analisar o material didático selecionado observamos que ele está carregado de uma imagem negativa do negro como subserviente e inferiorizado, ocupando os estratos mais baixos da sociedade, apesar disso, autores tem buscado inserir nos materiais didáticos temas que trabalhem a autoestima, a resistência, a identidade e apropriação cultural o que nos permite concluir que este não é um trabalho finalizado, mas em permanente exercício, tendo no professor esse mediador do diálogo. Notamos que uma formação continuada para os profissionais de História, preparando-os para se lançar aos desafios encontrados garante cada vez mais aos alunos uma educação mais igualitária.

Palavras- Chave: Ensino de História; Livro didático; Lei 10.639/03.

Abstract: The present work seeks to analyze the textbook of History, especially those used in the seventh year of the second phase of Elementary Education, as a cultural artifact, as well as a discursive material. We propose to use the tool of content analysis - the most used method in the evaluation of advertising and newspapers - in its qualitative aspect to ponder on the representation of slave labor in the colonial northeast presented by textbooks. Starting with the Law 10.639/03 also seeks to observe what are the impacts of these representations on the social reality that involves the students. In analyzing the selected didactic material we observe that it is loaded with a negative image of the black as subservient and inferior, occupying the lower strata of society, nevertheless, authors have sought to insert in the didactic material subjects that work on self-esteem, resistance, identity and cultural appropriation, which allows us to conclude that this is not a finished work, but in permanent exercise, having the teacher as mediator of dialogue. We note that continuing education for history professionals, preparing them to launch themselves to the challenges encountered, ensures more and more students a more egalitarian education.

Key words: History teaching; Textbook; Law 10.639/03.

Introdução

O livro didático é uma ferramenta que se tornou indispensável no processo de ensino-aprendizagem e desde 1980 o enfoque no estudo sobre as obras didáticas se acentuou (DOMINGUINI, 2010). Este objeto chama a atenção por ser um artefato cultural: ele é ao mesmo tempo fruto de uma indústria cultural e um material discursivo que leva conhecimento que pode ser utilizado de maneira crítica pela comunidade docente (ALMEIDA, 2017). O livro didático exerce fascínio sobre o alunato e os docentes o utilizam exaustivamente em sala de aula, ele é instrumento que muitas vezes guia os conteúdos apresentados ao longo do ano. É partir dos conteúdos apresentados pelo livro que os alunos muitas vezes se mostram curiosos a conhecer mais sobre a sociedade em que estão inseridos e noutras totalmente apáticos ao que está sendo posto, isto demonstra a importância deste material em sala de aula e justifica o interesse pelo tema.

Consideramos o conteúdo exposto nos livros através da chave de compreensão da temática racial negra: “Qual a imagem do negro estamos construindo em nossos alunos quase duas décadas após a Lei 10.639/03?”. Para tanto, a apreciação se valerá metodologicamente da ferramenta da análise de conteúdo, observando principalmente a temática do engenho de açúcar no livro didático de história do ensino fundamental. Este tema aparece com mais preponderância nos livros do 7º ano.

Diante de experiências anteriores em turmas com a disciplina de História a escolha da temática "A representação do trabalho escravo no engenho de cana-de-açúcar" não se deu aleatoriamente, mas de uma percepção em sala do interesse dos alunos por esse período, mesmo não podendo realizar uma discussão mais profunda, possivelmente por uma maior facilidade em associarem às lavouras, à agricultura canavieira, e ao trabalho com a terra à nossa realidade goiana do agronegócio.

De tal modo, o presente artigo tem como objetivo analisar livros didáticos de história do 7º ano do Ensino Fundamental, ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), no ano letivo de 2016, por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e analisados/utilizados nas escolas públicas da cidade de Ipameri - GO¹.

¹ Ipameri é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, localizado entre os rios Corumbá e São Marcos, no Sul Goiano. Sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 26.747 habitantes em 2017.

Destacamos para análise as obras mais votadas pelos docentes de história da rede pública de Ipameri-Goiás. São elas:

- História Sociedade e Cidadania, ed. FTD;
- História Nos Dias De Hoje, ed. Leya;
- Projeto Araribá História, ed. Moderna.

Analisamos os livros didáticos como um objeto onde se encontram estruturados os conhecimentos a serem transmitidos aos alunos, nesta perspectiva explicita-se que este estudo não deve ser feito afastado do atual contexto histórico. O presente trabalho constitui-se na seguinte ordem: apresentação da metodologia escolhida para a abordagem do tema; análise e interpretação dos livros escolhidos e codificados em A, B e C; breve discussão e considerações.

Metodologia

Sendo o livro didático este objeto produzido pela cultura, não podemos ignorar que ele também é um material discursivo, como nos diz Almeida (2017). O que notamos então é que ele também faz parte do campo da comunicação e muitas vezes se comporta como um produto. Pensando a partir deste viés argumentativo escolhemos para a análise do livro didático uma metodologia criada principalmente para a análise de peças publicitárias, porém desde sua concepção na década de 1970 foi ampliada para os mais diversos campos: a análise de conteúdo.

O método então parte da ideia da análise documental, e aqui passamos a considerar o livro didático também como documento histórico. Portanto, segundo Silva (2011) é preciso ter a consciência “de que os livros didáticos são produtos das relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade e não objetos surgidos ao acaso” (p. 179). Para captar de modo exploratório esta complexidade existente no objeto livro didático o que se propõe então é uma análise na vertente qualitativa, pois sabemos que um determinado texto nem sempre possui seu sentido simbólico manifesto e também não tem significado único, podendo ser visto de diferentes perspectivas e significados como nos apresenta autores, Olabuenaga e Ispizua apud Moraes (1999):

(a) O sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; (b) O sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; (c) Um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; (d) Um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente. (p. 2)

Propomo-nos aqui a analisar então os conteúdos dos livros didáticos selecionados observando principalmente os fins e resultados da comunicação estabelecida através deste veículo. Para tanto é necessário explicitar, além do arcabouço teórico metodológico os procedimentos técnicos empregados nesta empreitada, como aconselha Bardin (1977). Segundo a autora a análise de conteúdo deve ser realizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A pré-análise é composta pelas seguintes fases: leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos, referenciação dos índices e elaboração dos indicadores e preparação do material. Em que há uma pré-seleção inicial de alguns exemplares que poderão atender o objetivo proposto, a partir da leitura do material faz-se uma triagem das obras e capítulos abordados que atentam a determinados eixos temáticos. Segundo Bardin (1977) e Moraes (1999) esta é a fase mais longa, onde tudo conhecemos, selecionamos e preparamos o material para análise. Em nosso caso a leitura flutuante e a escolha dos documentos se deu pela leitura do Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais (BRASIL, 2015).

A partir deste ponto iniciamos o processo de codificação dos materiais estabelecendo um código que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra a serem analisados. Este código poderá ser constituído de números ou letras que a partir deste momento dirigiram durante a pesquisa. Codificamos os livros didáticos com as letras A) História Sociedade e Cidadania, ed. FTD; B) História Nos Dias De Hoje, ed. Leya e C) Projeto Araribá História, ed. Moderna; assim podemos realizar nossa análise com maior desenvoltura.

O objetivo da pesquisa se delineou mais claramente a partir deste trabalho e decidiu-se analisar os documentos a partir da ótica do tratamento relegado a população negra nacional no período colonial – principalmente no que tange ao trabalho escravo – sobre como estas práticas são interpretadas no livro didático hoje catorze anos após a instituição da Lei 10.639/03 que alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá

outras providências. A lei 10.639/03 está fundamentalmente baseada na reflexão que tem como base o princípio de igualdade, tendo a ideia de que somos todos sujeitos históricos e sociais. Baseado no art. 26º da LDB:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Após promulgação da lei 10.639/03 observam-se muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos, que contribuem com a valorização de textos e imagens dos negros no intuito de desmistificar alguns estereótipos desse grupamento populacional. Por esse motivo, analisamos o conteúdo de três livros didáticos utilizado em escolas da rede pública de Ipameri na atualidade, cerca de quase duas décadas após a vigência da lei no Brasil, entendendo que os estudantes do ensino fundamental do 7º ano estão em fase de forte interiorização dos valores que a eles são apresentados em diversas instâncias, devido à formação de sua identidade social.

Pensando nisso criamos três grandes categorias que abordam os temas pertinentes aos índices trabalho, sociedade açucareira e escravidão. A partir disso o material foi preparado com o uso de destaques coloridos nos trechos dos livros que tratavam especificamente destas temáticas.

A partir daqui se passa a exploração do material e análise dos resultados. Para tanto é necessário descrever o que foi encontrado durante a análise. Por trabalharmos com a abordagem qualitativa, que consiste de acordo com Vergara (2007) em análises exploratórias, ou seja, emergir aspectos subjetivos e atingir motivações não explícitas produzimos um texto síntese para retratar cada unidade avaliada utilizando citações diretas dos textos originais.

Percebemos que este momento é de suma importância, como é dito por Moraes (1999), pois "é o momento de expressar os significados captados e intuídos nas mensagens analisadas" (p. 8). Será por meio do texto produzido como resultado da análise que se poderá perceber a validade da pesquisa e de seus resultados. Porém, somente a descrição dos resultados analisados não é suficiente para uma compreensão do estudo: é importante que haja uma interpretação.

Nesta perspectiva o esforço de nosso trabalho é interpretar o conteúdo exposto pelo livro didático, dando ênfase à ideia de que a subjetividade não é avessa ao rigor científico, mas sim uma maneira de ultrapassar “o nível manifesto, articulando o texto com o contexto psicossocial e cultural” (MORAES, 1999, p. 9).

Desenvolvimento

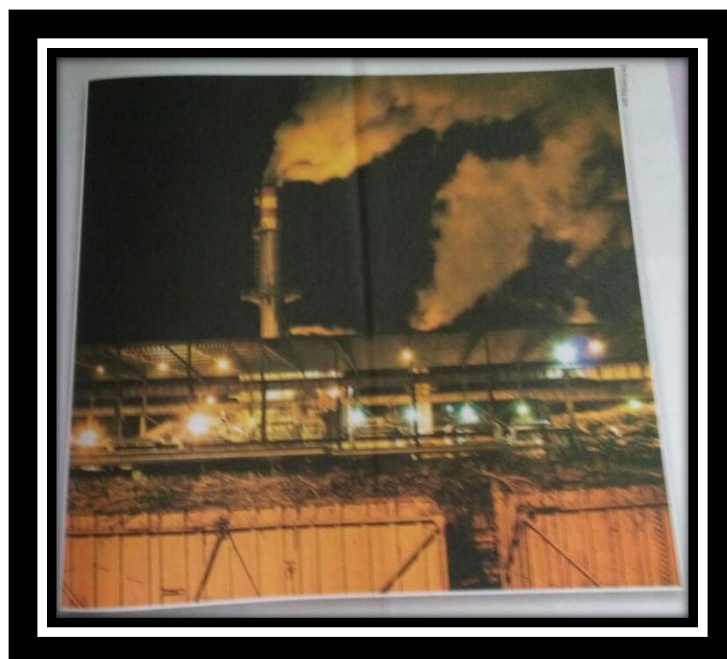
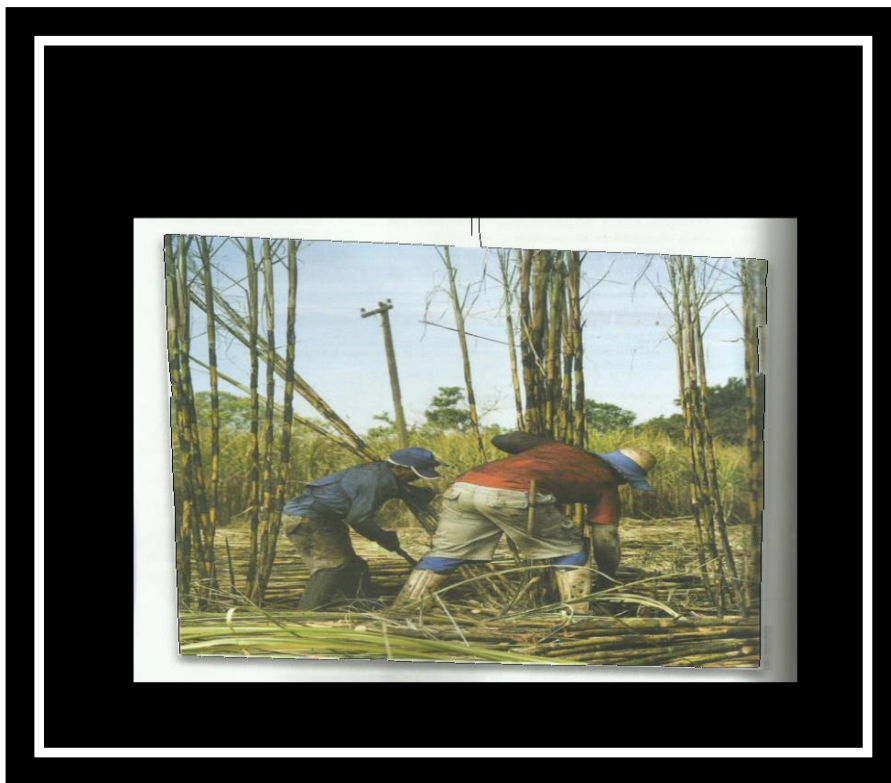
Neste momento passamos para a fase de descrição e interpretação dos dados obtidos através da exploração do material selecionado. Primeiro é necessário descrever onde a temática sobre a economia açucareira e o trabalho escravo aparece em cada uma das obras. No livro “A” o tema aparece no último capítulo, 4º unidade, no livro “B” os temas foram divididos em 15 capítulos e a economia açucareira é apresentada no 14º capítulo e, por fim, o livro “C” está dividido em 9 unidades e a temática aparece na 8º unidade.

Percebemos neste ponto da investigação que em todos os livros o tema aparece na metade final das obras, muito provavelmente sendo abordado apenas no 4º bimestre. Isso pode refletir em problemas diversos na absorção desde conteúdo para os alunos, tanto advindos da necessidade de concluir o conteúdo programático com mais rapidez – gerando uma abordagem superficial da temática – quanto do desinteresse dos próprios alunos que já estariam com o processo de conclusão do ano letivo bem encaminhado.

Seguindo esta descrição consideramos separadamente cada obra selecionada, subdividindo aqui a análise fundamentada na codificação realizada anteriormente para os livros didáticos.

Livro “A”

Tratamos primeiramente do livro “História Sociedade e Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior, doravante denominado Livro “A”, buscando observar como está sendo tratada a questão do negro na construção da nação brasileira. Nesta obra, na primeira página do Capítulo 15 – intitulado “Economia e sociedade colonial açucareira” temos uma imagem de cortadores de cana (conhecidos como boias-frias) e uma foto de uma usina de produção de açúcar e álcool nos dias atuais. O texto convida a reflexão sobre quem são estes trabalhadores e qual é a relação entre as duas imagens?



Ao mesmo tempo em que se objetiva mostrar os avanços nos modos de produção, braçal e rudimentar no período colonial e o desenvolvimento maquinário e tecnológicos atuais, outras construções imagéticas se formam em quem o lê. A figura acima corrobora com a ideia do negro à margem do trabalho urbano e que necessita de conhecimento e certo aparato intelectual, servindo apenas para os serviços domésticos e

aqueles de dependiam do uso da força, renegando sua inteligência ou capacidade de aprender.

O discurso fossilizado da democracia racial, a reprodução de imagens dilacerantes e repletas de estereótipos que remontam o Brasil Colônia Império e República Velha expõe a história dos negros pela via da inferioridade nata, corroborando construções discursivas e imagéticas que evidenciavam os negros por um lado como "crias da casa", boçais domesticados e por outro lado acentuadamente evolucionista, como degenerados, criminosos natos, corrompidos física e moralmente. (SANTOS; SOUZA CAMPOS, 2003, p. 18)

No subtítulo 'a economia açucareira' Boulos Júnior subdivide o argumento do seu texto em três partes: o produto, o dinheiro e a mão de obra:

O produto escolhido foi o açúcar de cana. Havia três boas razões para essa escolha: a) o açúcar alcançava altos preços na Europa; b) o solo e o clima do litoral nordestino eram favoráveis ao cultivo da cana; c) os portugueses já tinham produzidos açúcar nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo verde. Já o dinheiro aplicado [...] foi emprestado por banqueiros holandeses e italianos [...]. Quanto à mão de obra, inicialmente utilizou-se a dos índios [...]. Os colonizadores chamavam os povos indígenas de "bárbaros". Com isso, justificavam a guerra contra eles [...]. Durante todo o século XVI, eles foram maioria nos engenhos nordestinos. (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 280)

Boulos Júnior continua sua argumentação falando sobre o engenho, focando no significado desta palavra:

Inicialmente, engenho era o nome que se dava ao equipamento usado na fabricação do açúcar. Com o passar do tempo passou a significar um conjunto que incluía as matas, o canavial, a casa de engenho (onde se produzia o açúcar), a roça (onde se plantavam os alimentos), a casa-grande (habitação do senhor de engenho), a senzala (moradia dos escravos), a capela (onde se realizavam batizados, missas, etc.) e a moradia dos trabalhadores livres. (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 281)

O livro "A" também fala sobre a agropecuária e sobre o mercado interno brasileiro, que tinha como principais produtos o fumo, o algodão e as chamadas drogas do sertão (guaraná, cacau, anil, castanha-do-pará, baunilha, salsa, etc.). Logo depois o livro fala sobre a produção de alimentos. A escassez alimentícia nesta época leva aos preços elevados, segundo Boulos (2012) "isso incentivou pequenos lavradores a se dedicarem à produção de alimentos [...] com o destino ao mercado interno" (p. 284). Isso ocorria, pois, as relações entre colônia (Brasil) e Metrópole (Portugal) eram reguladas pelo pacto colonial, o que impedia o comércio com o mercado externo.

No tópico 'a sociedade colonial açucareira' o autor busca mostrar a complexidade do Brasil na época colonial, demonstrando que havia diversas regiões

econômicas no território nacional, o que diferenciava bem a sociedade constituída em cada lugar.

As sociedades coloniais tinham duas características comuns: a escravidão, presente em quase todo o território colonial, e uma hierarquia rígida. No topo, estavam os senhores das terras, gado e escravos; na base, os escravos, que não eram donos nem de si mesmos. (BOULOS JÚNIOR, 2012, p. 285)

Na página 285 o Livro “A” traz a reprodução de uma tela do pintor Rugendas datada do século XIX. É proposta ao aluno uma análise crítica sobre a imagem, que traz dois trabalhadores escravizados, bem vestidos e calçados e com aparência saudável. É importante pontuar que este trecho também possui, na versão do professor, um textoapoio, que conduz a discussão.



Veja o que dois historiadores falam sobre essa imagem: “Rugendas [...] buscava transmitir uma pretensa amenidade do sistema escravocrata no que tange ao trabalho ‘na plantação’ [...]. O clima é teatral e o enredo é romantizado pelos detalhes que compõe o cenário e pela pose dos personagens. O artista humaniza a escravidão ao mesmo tempo que destaca as formas físicas e a sensualidade do negro [...]” (BOULOS JÚNIOR apud KOSSOY; CARNEIRO 2012, p. 285).

Sobre essa imagem e levando-se em conta a legenda que a compõe, dois temas podem ser abordados em especial: a “humanização” da escravidão e a hipersexualização do negro. Os escravos eram mercadorias dos senhores, tratados como animais ou objetos sem sentimentos ou qualquer tipo de empatia, em muitas imagens de livros didáticos são apresentados de cócoras (em alusão aos quadrúpedes), em momentos montados por crianças e adultos brancos. Mostrá-lo vestido e calçado, logo civilizado, foi uma tentativa do pintor de devolver-lhe dignidade e ao mesmo tempo retrata uma condição fictícia “[...] Reduzindo o escravo à condição de simples mercadoria, o direito canônico islâmico o coloca em pé de igualdade com os animais de carga (dáväbb)” (TALIB, 2010, p. 843).

O escravismo gerou uma profunda objetivação do corpo negro tanto de homens quanto das mulheres no imaginário social brasileiro. Tidos como bons de cama, tanto homens quanto às mulheres negras são procurados por brancos para sexo casual com intuito de realização dos desejos e impulsos. Casar e ter filhos é privilégio para os brancos(as), os casamentos inter-raciais surgiram da disseminação da ideia de miscigenação como uma alternativa para “purificar” a nação brasileira que no período colonial era composta majoritariamente por escravos (NEVES, 2008). A valorização entre os negros com a relação (afro) centrada tem sido uma forma de combate ao racismo e tentativa de desconstrução do imaginário que negro não é “para casar” (Bell Hooks, 2006).

Nas páginas 286 a 289 o texto traz uma breve caracterização sobre os estratos que compunham a sociedade colonial brasileira: os senhores de engenho, os comerciantes, os escravizados e os assalariados. O texto ressalta a organização patriarcal da sociedade brasileira no período e mostra o poder que os senhores de engenho usufruíam.

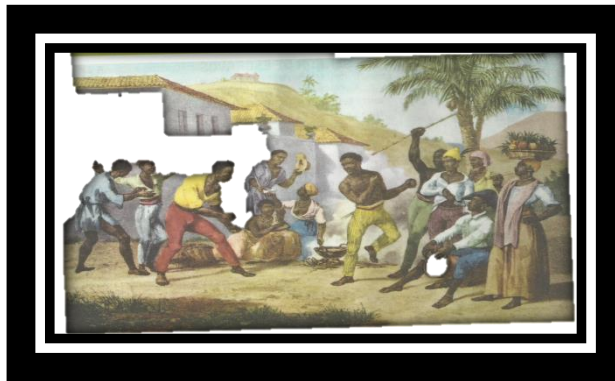
O capítulo é concluído trazendo discussões sobre a presença holandesa no Brasil, focando principalmente na produção de açúcar e nos conflitos com os portugueses, passando pela administração de Maurício de Nassau, até a concorrência antilhana ao açúcar brasileiro.

Livro “B”

Neste momento iniciamos a análise do livro “História nos dias de hoje”, de Flavio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, denominado para esta análise de Livro “B”. O Livro “B” trabalha com a temática sobre a economia colonial e a sociedade escravista nos capítulos 13 (A economia colonial e o tráfico negreiro) e 14 (A sociedade escravista colonial) da publicação.

Interessa-nos mais do capítulo 14 o cotidiano do trabalho dos escravos no campo e nas cidades, a disciplina da dominação e as muitas formas de resistência e sobrevivência no cativo. O livro traz em suas páginas 246/247, imagens que procuram representar cenas do cotidiano do século XVII e ainda situações típicas da sociedade

escravista brasileira que se estende até o século "XIX".



A imagem acima retrata um legado da cultura africana: a capoeira, símbolo de resistência e fé, na época escravocrata. O “jogo da capoeira” era usado tanto para interação entre os negros quanto uma forma de manterem viva a tradição e crença africana. Através dos cantos eles evocavam seus deuses “orixás”, proibidos de cultuarem quando aqui chegaram. Atualmente a capoeira é símbolo de inclusão, de resistência, de manifestação cultural. Inúmeros grupos capoeiristas Brasil a fora transmitem o legado às novas gerações, mais do que um esporte para o corpo a dança “Capoeira” representa educação, respeito e consciência com aquilo que não vem da Europa.

Nas páginas 248 e 249 o livro “B” traz as litografias em cores de Jean Baptiste Debret (1839), mostrando pessoas negras escravizadas de diferentes nações.

Campos fala sobre a oposição entre senhores e escravos, descrevendo como era o trabalho e a disciplina, retrata também a violência constante aplicada para a manutenção da escravidão. O autor mostra a diferença entre boçais e ladinos: “[...] os que nasciam na colônia eram chamados de ladinos; e os que chegavam da África trazidos pelos traficantes eram chamados de boçais” (CAMPOS, 2012, p. 249).

O livro traz a definição da palavra senzala e como era sua estrutura e divisões no campo. Quanto à escravidão nas cidades Campos (2012) respalda que “nas cidades os escravos estavam presentes em todos os lugares e em todos os ofícios”. Vale destacar algumas atividades como: escravos de ofício, negos de ganho, pajens, mucamas, ama de leite (esta era a predileta dos senhores, pois era responsável pela saúde dos herdeiros escravistas) e os tigres.

A falta de um sistema de água e esgotos nas cidades obrigou o escravo a ter como função carregar os excrementos dos senhores até a praia.

Eram os tigres, porque a matéria fecal sujava seu corpo, produzindo manchas parecidas com as do animal [...] (CAMPOS, 2012, p. 251)

O livro “B” retrata as várias maneiras de exploração do trabalho escravo e fala da artimanha dos senhores, por exemplo: “Os escravos velhos e doentes mendigavam, outros preferiam prostituir suas escravas, tinha as escravas ganhadeiras que eram as comerciantes que vendiam peixes, tecidos, pó de café ou quitutes. Também era comum alugar amas de leite”. (CAMPOS, 2012, p. 253).

O livro nos chama a atenção para os anúncios como esse:



Estes anúncios são excelentes artifícios pedagógicos para o professor debater e questionar a condição de mercadoria/propriedade do negro do período escravista bem como aproveitar para discutir as condições trabalhistas dos negros atuais, ocupando posições ainda em sua maioria de serviços domésticos e braçais, houve muitas mudanças com as políticas afirmativas, o acesso à educação e a luta por igualdade de direitos encabeçada pelo movimento negro, hoje podemos encontrar negros ocupando os mais diversos espaços acadêmicos e profissionais além de cargos políticos e de gestão.

Campos (2012) aborda a resistência à escravidão, os laços de família, irmandades e associações religiosas, associações de ofício, a capoeira – luta disfarçada de dança – e os quilombos – símbolos de resistência.

As irmandades religiosas, a capoeira e os quilombos retratados na unidade como símbolos de resistência é um bom indicativo para se trabalhar esses caminhos através dos quais a população negra encontrou para manterem viva sua tradição cultural, religiosa, e até mesmo de vida. Esses símbolos são essenciais para se entender e para ensinar aos alunos sobre apropriação cultural e identidade negra, temas preciosos na construção do imaginário social e (desmistificação/desconstrução) do preconceito. De acordo com Munanga (1999):

A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência [...]. É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação. (MUNANGA apud SEED, 2006, p. 18)

Ao longo desta análise de conteúdo do livro “B” percebemos que os autores transitam por outros textos para melhor esclarecer o tema da escravidão, situando-o historicamente. Os alunos são induzidos a pesquisar e o livro aponta caminhos sugerindo várias bibliografias.

Livro "C"

O livro traz na Unidade 8 o título “O nordeste colonial”, com uma gravura holandesa de 1682 e uma canção de “Francisco Igor Almeida dos Santos, conhecido como rapadura Xique-Chico, é um rapper cearense que mistura rap com influências musicais regionais e o folclore nordestino” (APOLINÁRIO, 2014, p. 185).

A música em seus mais variados estilos em especial o hip hop e o funk, tem sido usada pelo povo negro como instrumento de resistência e apropriação cultural. Ela tem sido a voz dos excluídos que nas letras de funk retratam a violência, o racismo, a desigualdade, o medo, os sonhos, a vontade de se fazer alguém. Não apenas a música, mas diversas manifestações artísticas são para o povo negro “escape” e salvação. As minorias têm sua cultura propagada no teatro de rua, na literatura marginal, nos bailes funks, nas rodas de capoeira, nas oficinas de dança. O povo negro é rico em cultura a nos ser repassada. O rapper Rapadura é um exemplo que grita essa cultura e esse ser negro em constante apropriação de si.

A Unidade 8 é dividida em quatro temas. O texto relata no primeiro tema como se deu a produção açucareira, desde a organização complexa para a produção do açúcar – que envolvia a vida nos engenhos – até a formação da sociedade, passando pelo trabalho especializado dos escravos e as relações entre a casa grande e a senzala.

A economia açucareira onde a autora trata sobre o principal negócio na colônia (o açúcar) fazendo uma pergunta aos leitores: “Você costuma adoçar seus alimentos e suas bebidas? Alguma vez já se perguntou por quais processos passa o açúcar até chegar à mesa de milhões de brasileiros?”. (APOLINÁRIO, 2014, p. 186)

Já no segundo tema (Escravidão, resistência e trocas culturais) abordagem se dá em um primeiro momento através de um verso da música do rapper Kleber Cavalcante Gomes, conhecido como Criolo:

Eu tenho orgulho da minha cor
Do meu cabelo, do meu nariz
Sou assim e sou feliz
Índio, caboclo, cafuzo, crioulo!
(CRIOLO, 2014, FAIXA 8).

Este tema ainda traz um texto com a visão dos europeus sobre a escravidão, mostrando as várias justificativas teológicas que buscavam legitimá-la. O escrito apresenta uma perspectiva crítica sobre estas justificativas e expõe alguns dos poucos avanços alcançados nos mais de cem anos de abolição da escravatura. O ponto central da argumentação é o questionamento aos leitores: “O que a nossa sociedade herdou da escravidão?” (APOLINÁRIO, 2014, p. 191).

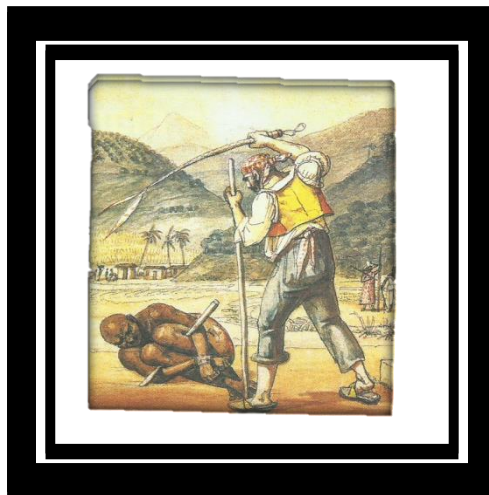
Mesmo com o fim da escravidão, em 1888, essa visão ocidental cristã sobreviveu no país em diferentes manifestações de preconceito e mecanismos de exclusão social. Porém, notamos recentemente a presença maior de negros em cargos dos poderes executivo, judiciário e legislativo, em profissões liberais [...] e em papéis de destaque em filmes e novelas, apontando para uma mudança positiva em nosso país. (APOLINÁRIO, 2014, p. 191)

Porém, a letra de música do cantor Criolo foi uma feliz escolha do autor, pois tratar a herança negra como legado e como algo de produtivo, de benéfico e cultural é algo que os materiais didáticos produzidos a partir da Lei 10.639/03 tem se proposto. Por meio de recursos como este, professores podem trabalhar conteúdos de História da África e da presença do negro no Brasil de maneira positiva, sem deixar de retratar o sofrimento dos escravos na época da escravidão. Devem realçar a contribuição do negro na formação social e cultural do nosso país, e assim desmistificar a ideia de negro “pobre coitado” presente na sociedade e outras demais expressões presentes nos livros didáticos que acabam ridicularizando e rebaixando o povo negro.

A valorização da autoestima produzida por esse tipo de escrita é imensurável. Quando me refiro à autoestima isto envolve muito mais do que 'se gostar' está diretamente ligado com as relações entre o indivíduo e o mundo que o cerca. A pedagoga Jeruse Romão (2001) afirma que é importante considerar que ter autoestima elevada ou baixa autoestima está relacionado com a sua história, seja ela de vida ou social, individual ou coletiva. Pensando na posição ocupada hoje pelos nossos alunos negros na sociedade, Gonçalves (2002) diz que:

Uma das razões para a evasão é que as famílias precisam de que os filhos ajudem no orçamento, e muitas crianças negras têm de começar a trabalhar. Além disso, inúmeros estudos têm mostrado que o racismo expulsa a criança da escola. (*on line*)

A obra continua trazendo imagens de pinturas do artista Johann Moritz Rugendas, para abrir uma nova temática intitulada “A escravidão e o tráfico negreiro”.



Na imagem acima podemos ver os maus tratos sofridos pelos escravos quando castigados pelos capatazes ou pelo senhorio. Sujeitos aos mais diversos abusos físicos, psicológicos, eram deixados sem comida e expostos ao frio ou calor intenso com o intuito de “amansá-los”. Ao mesmo tempo em que mostra a condição de impotência do negro diante do homem branco e sua desvantagem ela nos permite vislumbrar o quanto o povo negro conquistou em direitos ao longo dos séculos seguintes e como o movimento negro, as políticas públicas e afirmativas são essenciais nessas ações de reparação e autoafirmação aproveitando para trazermos essas questões ao diálogo com os alunos.

Neste trecho a autora analisa como se dava a convivência entre senhores e escravos, para tanto ela cita o sociólogo Gilberto Freyre. Segundo ele em sua obra intitulada “Casa Grande e Senzala”, “apesar da violência, a escravidão no Brasil seria marcada mais pela integração do que pelo conflito” (APOLINÁRIO, 2014, p.193). O texto do livro didático faz uma crítica a este posicionamento de Freyre, mostrando que houve sim o intercâmbio cultural, “mas afirmam que isso não apaga o traço mais importante da escravidão no Brasil: a exploração e a dominação” (APOLINÁRIO, 2014, p. 193). Nesta perspectiva o texto discutirá outros temas, como: escravidão e resistência; identidade cultural e religiosidade.

O livro também traz a já muito conhecida aquarela de Jean Baptiste Debret – Negro ao tronco – como forma de incentivo ao questionamento sobre as visões divergentes no que tange a escravidão brasileira, exposta em questionamento sobre as

possíveis interpretações quanto à gravura: “Esta aquarela de Debret tende a reforçar ou questionar a tese de Gilberto Freyre sobre a relação entre senhores e escravos na colônia?” (APOLINÁRIO, 2014, p. 193). Este endosso a via do pensamento crítico através das atividades propostas é uma marca da obra e demonstra a preocupação da autora quanto à formação integral do alunato.

A argumentação do texto envereda sobre a temática da identidade cultural principalmente na chave de interpretação da necessidade de preservação dos laços culturais já estabelecidos. Segundo Apolinário (2014):

[...] os africanos escravizados também manifestaram sua resistência à escravidão procurando preservar sua identidade [...]. Nesse aspecto, as senzalas e os quilombos atuaram como pontes culturais ligando a África e o Brasil e espaços de convívio social, trocas e criação de novas identidades. (p. 194)

A religiosidade também era um símbolo de resistência: “os africanos passaram a associar suas entidades religiosas a santos católicos, criando um sincretismo religioso” (APOLINÁRIO, 2014, p, 194). A autora faz em seu texto uma observação sobre o significado da palavra sincretismo:

Muitos antropólogos condenam o uso do termo [...] por considerá-lo sinônimo de submissão do colonizado à cultura do colonizador. Para alguns pesquisadores, no entanto o sincretismo é um elemento essencial de todas as religiões, no passado e no presente. (APOLINÁRIO, 2014, p. 194)

A parte que cabe ao segundo tema é encerrada com um quadro sobre o movimento negro no Brasil “onde o sociólogo Abdias do Nascimento é homenageado na cerimônia de abertura da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora” (APOLINÁRIO, 2014, p. 194), na cidade de Salvador – BA.

O movimento negro tem um enorme significado nas conquistas deste povo. Inclusive os negros vinham lutando pelo seu reconhecimento por meio do Movimento Social Negro, onde buscavam políticas de combate ao racismo através do estudo das reminiscências africanas no país foi em decorrência disto, que veio a Lei 10.639/03 como forma de fazer valer o resgate da história e da cultura dos afrodescendentes nos ambientes escolares, reconhecendo assim sua identidade étnica.

O livro inicia seu terceiro tema e a partir daqui a autora trata sobre os fatores que contribuíram para a invasão da América Portuguesa pelos holandeses. O texto relembra a parceria entre Holanda e Portugal na empresa açucareira e da oscilação nesta

relação com o início da chamada União Ibérica (um único rei governado os territórios de Portugal e Espanha devido à crise sucessória). O texto nos mostra a relação complicada entre Espanha e Holanda:

O reino de Filipe II abrangia os Países Baixos (Holanda e Bélgica). Algumas províncias dessa região, descontentes com o domínio católico e com a cobrança de pesados tributos, lutavam para se tornar independentes da Espanha. A situação se complicou ainda mais quando Filipe II proibiu o comércio da Holanda com as colônias portuguesas. Prejudicados por essa decisão, que afetava diretamente a parceria comercial com o reino português, os holandeses invadiram e conquistaram importantes domínios ultramarinos espanhóis, em especial aqueles destinados ao tráfico negreiro na África e a produção de açúcar no Nordeste brasileiro. (APOLINÁRIO, 2014, p. 196)

O texto continua falando sobre a Companhia das Índias Ocidentais e sobre o domínio holandês que se estende à época da Bahia a Pernambuco na América Portuguesa. É ressaltado o grande desenvolvimento ocorrido na região em consequência do domínio holandês:

A cidade de Recife, sede da administração holandesa, ganhou ares de cidade europeia. Ruas foram calçadas, praças, pontes e edifícios foram construídos. Comitivas de intelectuais, cientistas e artistas foram trazidas ao Nordeste holandês para catalogar, estudar e pintar a natureza e os grupos humanos do Brasil e torná-los conhecidos na Europa. (APOLINÁRIO, 2014, p. 197)

O tema também ressalta que apesar de toda a força desenvolvimentista os conflitos entre holandeses e colonos foram contínuos, até as guerras de expulsão e a retomada do domínio português.

Com o título “Nem só de açúcar vivia a colônia” o quarto tema apresenta as diversas atividades econômicas que também existiam no Brasil daquela época. Dentre elas são citadas: criação de gado, plantação de fumo e algodão, produção de alimentos, as drogas do sertão (especiarias) e o uso de mão de obra indígena na região amazônica. Este capítulo complementa então a abordagem sobre a economia colonial, fechando a oitava unidade do livro.

Considerações Finais

Este trabalho nos permitiu o conhecimento dos desafios enfrentados pelos professores de História da rede pública de ensino. A vigência da Lei 10.639/03 por si só

não garante aquilo que ela se propõe que é incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A lei 10.639/03 está fundamentalmente baseada na reflexão que tem como base o princípio de igualdade, tendo a ideia de que somos todos sujeitos históricos e sociais.

Analisar o material didático selecionado mostrou-nos que ele está carregado de uma imagem negativa do negro subserviente e inferiorizado, ocupando os estratos mais baixos da sociedade, mas que também um caminho contrário a esse vem sendo construído, ainda que a passos lentos outra faceta dessa história de escravidão e subserviência. Autores tem buscado inserir nos materiais didáticos temas que trabalhem a autoestima, a resistência, a identidade e apropriação cultural o que nos permite concluir que este não é um trabalho finalizado, mas em permanente exercício tendo no professor esse mediador do diálogo.

Notamos que outro fator tão importante quanto à prevalência e garantia da lei, e a produção de materiais didáticos e paradidáticos em consonância com aquilo que se propõe é a possibilidade de uma formação continuada para esses profissionais de História, preparando-os para se lançar a esses desafios encontrados garantindo assim cada vez mais aos nossos alunos uma educação perto daquilo que seria o ideal político, social e ideológico proposto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, R.I.P.C. V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica. 2017, Brasília. *A apresentação da Antropologia aos alunos do Ensino Médio: como se forma o conceito de alteridade?* Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

APOLINÁRIO, M. R. *Projeto Araribá: história*. 7º ano. 4. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOULOS JÚNIOR, A. *História: sociedade & cidadania*. 7º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2012.

BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNL D 2014: História: ensino fundamental: anos finais*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília: 2013. Acesso em: 02/10/2017.

CAMPOS, F; CLARO, R; DOLHNIKOFF, M. [Ilustrações Lucas Claro Martinez]. *História nos dias de hoje*. 7º ano. São Paulo: Leya, 2012.

DOMINGUINI, L. V Congresso Internacional de Filosofia e Educação. 2010, Caxias do Sul. *Fatores que evidenciam a necessidade de debate sobre o livro didático*. Caxias do Sul, 2010.

GONÇALVEZ, Petronilha Beatriz – *Racismo expulsa criança da escola*. Fonte: Folha de São Paulo - 25/03/2002

História e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais/Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. – Curitiba: SEED-PR, 2006. – 110 p.- (Cadernos Temáticos).

HOOKS, Bell. *Vivendo de amor*. O livro da saúde das mulheres: nossos passos vêm de longe. Jurema Werneck, Evelin White e Maísa Medonça (Orgs.). Trad. Maísa Mendonça, Marilena Agostina e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2ª edição. Rio Janeiro: Pallas, 2006.

MORAES, R. *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NEVES, M. *A concepção de raça humana em Raimundo Nina Rodrigues*. Filosofia e História da Biologia, v. 3, p. 241-261, 2008.

ROMÃO, Jeruse - *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, G.A; SOUZA, P. F. *Os crimes de preto Amaral*. Representações da degenerescência em São Paulo. 1920. Assis, 2003. 325 p. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SILVA, J. R. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 2, Número 5, jun/2011.

TALIB, Yusof. A diáspora africana na Ásia. In: *História Geral da África, III: África do século VII ao XI*. Org.: Mohammed El Fasi. Brasília: UNESCO, 2010.

Sobre as autoras

Marlene de Pinho Chaves - Pós-graduada em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal Goiano/Campus Urutaí e Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano/Campus Ipameri.

Hilma Aparecida Brandão - Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e Docente do Instituto Federal Goiano/Campus Ipameri.

Recebido para avaliação em setembro de 2019

Aprovado para publicação novembro de 2019